

Justiça em debate: a construção discursiva da polarização política em comentários publicados no X

Justice in Debate: Discursive Construction of Political Polarization in Comments Published on X

Luiza Medeiros Balança¹



Sandra Batista da Costa²



RESUMO

Este trabalho investiga de que modo a polarização política se manifesta no contexto digital brasileiro. Para isso, são analisadas enunciações presentes em comentários publicados no X (antigo Twitter), com o objetivo de identificar os recursos discursivos que sustentam essa dinâmica social, bem como os efeitos de sentido que dela decorrem. Esse funcionamento discursivo é intensificado pela articulação entre os campos político, midiático e econômico, ampliando o antagonismo político-ideológico e produzindo efeitos de desmobilização do engajamento cidadão nos debates democráticos. A pesquisa insere-se no campo da Análise do Discurso e investiga enunciações que evidenciam o acirramento dos conflitos ideológicos na mídia digital, em que a radicalização dos posicionamentos enfraquece as práticas dialógicas ao organizar as relações discursivas pela lógica do antagonismo. Para fundamentar este estudo, recorre-se a Medeiros (2024), Fuks e Marques (2022), que expõem a noção de "polarização política", a Pêcheux (1995) e Maingueneau (2015), que apresentam o conceito de "formação discursiva", e à Amossy e Pierrot (2022), que explicam as noções de "clichês" e "estereótipos". A análise é constituída por dois comentários que evidenciam posicionamentos políticos antagônicos, em resposta a uma publicação da *Folha de S. Paulo* no X (antigo Twitter), acerca do pronunciamento de Jair Bolsonaro após se tornar réu no Supremo Tribunal Federal (STF). A análise evidencia o predomínio de expressões cristalizadas que reforçam a estereotipia discursiva e a dimensão afetiva do embate político-ideológico no Brasil, marcado pela oscilação entre deliberação racional e posicionamentos extremados.

Palavras-chave: Polarização política. Redes sociais. Estereotipia.

ABSTRACT

This study investigates how political polarization manifests itself in the Brazilian digital context. To this end, utterances found in comments posted on X (formerly Twitter) are analyzed to identify the discursive resources that sustain this social dynamic, as well as the meaning effects that emerge from it. This discursive functioning is intensified by the articulation among the political, media, and economic spheres, which amplifies political-ideological antagonism and produces effects that discourage citizen engagement in democratic debates. The research is situated within the field of Discourse Analysis and examines utterances that reveal the intensification of ideological conflicts in digital media, where the radicalization of positions weakens dialogic practices by organizing discursive relations according to the logic of antagonism. The study draws on Medeiros (2024), Fuks and Marques (2022), who discuss the notion of "political polarization"; Pêcheux (1995) and Maingueneau (2015), who address the concept of "discursive formation"; and Amossy and Pierrot (2022), who discuss the notions of "clichés" and "stereotypes". The corpus consists of two comments expressing opposing political stances in response to a post by *Folha de S. Paulo* on X (formerly Twitter) concerning Jair Bolsonaro's statement after he became a defendant before the Supreme Federal Court. The analysis highlights the prevalence of crystallized expressions that reinforce discursive stereotyping and the affective dimension of political-ideological conflict in Brazil, marked by a shift from rational deliberation toward extreme positions.

Keywords: Political polarization. Social media. Stereotypes.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba/PR, Brasil; E-mail: luiza.baldanca@ufpr.br.

² Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Pós-doutora e Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Curitiba/PR, Brasil. E-mail: sandra.costa@pucpr.br.

1 INTRODUÇÃO

A polarização política constitui uma tendência global que se intensifica por meio do uso estratégico da linguagem e da retórica, acentuando divisões ideológicas e fortalecendo posicionamentos antagônicos. Mas, é preciso assinalar que essa dinâmica vem sendo potencializada pela articulação entre os poderes político-midiático e econômico, que mobilizam tecnologias digitais e estratégias discursivas como mecanismos de intensificação da polarização, produzindo efeitos de desmobilização do engajamento cidadão nas discussões públicas e nos processos de participação democrática.

Esse antagonismo político-discursivo se verifica no Brasil desde a época do impeachment da ex-presidente da República Dilma Rousseff e acentuou-se, sobretudo, durante as eleições presidenciais de 2018. Ao longo desse período, a tensão política consolidou-se como um assunto de intensa controvérsia e ampla circulação nas redes sociais, especialmente no X (antigo Twitter)³, que se configurou como espaço privilegiado de disputa de sentidos.

Nessa perspectiva, alguns comentários sobre as notícias postadas nessa plataforma de mídia social constituíram-se como espaços de disputa simbólica e construção de sentidos, tornando-se arenas privilegiadas para manifestações da opinião pública. Essas mensagens são frequentemente marcadas por discursos que, além de evidenciar tensões sociais contemporâneas, atuam no acirramento de conflitos discursivos. Tal dinâmica compromete o debate democrático, entendido como um espaço de reconhecimento da legitimidade da pluralidade de perspectivas, da argumentação fundamentada e do respeito às divergências.

Dessa forma, esta pesquisa trata dos discursos polarizados presentes em manifestações opinativas de usuários no X e insere-se nos estudos da Análise do Discurso (AD) de linha francesa. O objeto de investigação é constituído por comentários antagônicos que expressam posicionamentos políticos em resposta a uma publicação da *Folha de S. Paulo*, referente ao pronunciamento de Jair Bolsonaro sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas, realizado após tornar-se réu no Supremo Tribunal Federal (STF), em 26 de março de 2025. Foram escolhidos e analisados dois desses comentários, os quais apresentam visões divergentes acerca dos sentidos atribuídos à palavra “justiça”, evidenciando os contrastes no campo político entre as formações discursivas associadas a posições democráticas e à extrema direita.⁴

A presente pesquisa orienta-se pelas seguintes questões: quais são os recursos discursivos predominantes na prática da polarização política em comentários selecionados da rede social X? E de que modo tais recursos moldam o debate público e a percepção coletiva dos temas discutidos? Assim, este artigo objetiva analisar os discursos

³ A plataforma, anteriormente denominada *Twitter*, foi adquirida por Elon Musk em 2022 e passou a se chamar X em 2023. No entanto, o seu público continua utilizando o nome anterior. Por esse motivo, nesta pesquisa será usada a combinação X (antigo *Twitter*) ou apenas X, como uma alternativa para abranger tanto o nome utilizado pelos usuários quanto o nome oficial da plataforma.

⁴ Neste trabalho, a referência a posições democráticas diz respeito à adesão aos princípios e valores do regime democrático, e não à filiação a uma corrente político-ideológica específica, preservando maior precisão analítica e fidelidade ao objeto investigado. Por sua vez, a expressão posições de extrema direita é empregada para designar posicionamentos que, em linhas gerais, se caracterizam pelo nacionalismo exacerbado, pelo autoritarismo, pelo conservadorismo moral, pela oposição ao pluralismo e pela construção de discursos polarizadores e excludentes.

polarizados em comentários extraídos do X (antigo *Twitter*), identificando recursos discursivos que sustentam a polarização e examinando seus efeitos de sentido.

Como aporte teórico, mobilizam-se as contribuições de Medeiros (2024), Fuks e Marques (2022), que fundamentam a noção de polarização política; de Paveau (2022), que discute o funcionamento do gênero discursivo comentário; de Pêcheux (1995) e Maingueneau (2015), que tratam do conceito de formações discursivas; e de Amossy e Pierrot (2022), que abordam os clichês e os estereótipos. Na seção de Metodologia, é exposto o processo de coleta e seleção dos comentários do X, bem como os procedimentos analíticos. Em seguida, realiza-se a análise dos comentários, buscando identificar e examinar os recursos enunciativos presentes nos segmentos selecionados. Nas considerações finais, os objetivos da pesquisa são retomados e seu alcance é avaliado.

2 POLARIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL E O PAPEL DAS MÍDIAS DIGITAIS

A convivência com diferentes formas de organização social e com pensamentos divergentes acompanha a humanidade desde os primórdios. Nesse contexto, interações marcadas pelo conflito tendem a acirrar as relações entre grupos sociais com posicionamentos divergentes, visto que constroem interpretações distintas acerca de acontecimentos passados ou presentes.

Medeiros (2024, s.p.) explica que polarização política “significa a formação de dois ou mais blocos dominantes com visões de mundo distintas e conflitantes”. Essas tensões advindas de posições antagônicas não decorrem apenas de divergências circunstanciais entre grupos sociais, mas articulam-se a projetos políticos e ideológicos mais amplos, sustentados por condições socioeconômicas específicas, pela atuação das mídias digitais e pelas transformações nos valores sociais, elementos que se vinculam às disputas por poder e hegemonia na sociedade. Segundo Recuero, Soares e Zago (2021), as redes digitais favorecem a circulação de discursos polarizados e emocionalmente engajados, enfraquecendo práticas dialógicas, ampliando a descrença nas instituições e desestimulando a participação cidadã nos espaços de deliberação pública e de debate democrático, elementos fundamentais para o funcionamento da democracia.

Tal compreensão encontra respaldo em Bello (2023), para quem a polarização, em contextos desfavoráveis ao diálogo amistoso, pode comprometer a democracia ao dificultar o diálogo, o reconhecimento da legitimidade das diferenças e a construção de consensos mínimos necessários à vida democrática. Medeiros (2024), por sua vez, chama a atenção para o principal malefício desse conflito: sua capacidade de impulsionar diferentes formas de violência, que podem se manifestar tanto no plano discursivo, por meio de discursos agressivos e de práticas de deslegitimação do outro, quanto no plano social, com o aumento da intolerância, da hostilidade e da radicalização entre grupos.

Desde meados da década de 2010, o contexto político brasileiro tornou-se mais complexo, o que acentuou as tensões em torno de posicionamentos ideológicos e motivou diferentes pesquisadores a investigarem esse fenômeno. O estudo de Ribeiro e Ortellado (2025), ao recorrer a dados do *Facebook*, evidencia que a polarização política no Brasil começou a consolidar-se em 2014, por meio de um processo simultâneo de divisão e integração entre diferentes comunidades políticas. A respeito disso, Medeiros (2024, s.p.) afirma que:

[...] o aumento da radicalização da direita a partir do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e das eleições de 2018 levou a um crescimento da polarização ideológica das massas. Enquanto os eleitores que se identificam com o PT ou votaram no partido nas eleições presidenciais seguem adotando posições relativamente moderadas, a direita deu uma guinada aos extremos do continuum ideológico.

Além disso, a polarização brasileira não ocorre apenas em torno de ideias e posicionamentos ideológicos antagônicos, mas também em relação às lideranças que passam a representar esses grupos. Assim, Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro tornam-se referências de campos ideológicos distintos que orientam parte da opinião pública. Lula é uma das figuras mais importantes da política brasileira, sendo o primeiro presidente da República a ser eleito em três ocasiões. Inserido em um grupo ideológico de cunho progressista, o político é conhecido pela institucionalização de programas sociais como o Prouni, Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida. No entanto, os escândalos de corrupção e as investigações da Operação Lava Jato, amplamente divulgados na mídia, provocaram o descontentamento de grande parte da população. No campo da extrema direita, destaca-se Jair Messias Bolsonaro, cuja trajetória política foi construída ao longo de 28 anos como deputado federal. Sua atuação parlamentar esteve marcada por pautas relacionadas ao endurecimento penal, ao nacionalismo econômico e à crítica a programas sociais e políticas públicas. Eleito presidente em 2018, recebeu críticas pela condução do país durante a pandemia da Covid-19, especialmente em razão de suas declarações controversas sobre a vacinação. Em 2022, tornou-se o primeiro presidente brasileiro a não conseguir a reeleição (Jornal do Commercio Amazonas, 2023).

A dualidade “Lula versus Bolsonaro” indica, portanto, que os dois são lideranças políticas que “concorrem com os partidos como eixos organizadores de polarização” (Fuks; Marques, 2022, p. 562). Sendo assim, de acordo com Nunes e Traumann (2023, p. 15), para além da tensão entre os candidatos, o contexto eleitoral de 2022 foi marcado pela disputa “entre duas visões de mundo, dois países diferentes entre si”.

Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022), ao analisarem o fenômeno da dinâmica polarizadora no Brasil, concluem que ela se manifesta de diferentes formas: (i) nas opiniões da população, especialmente sobre temas de natureza moral; (ii) nas identidades políticas de esquerda e direita, sobretudo entre indivíduos de gerações mais velhas e com menor escolarização; (iii) na polarização afetiva, observada entre os grupos politicamente mais engajados. De modo complementar, Fuks e Marques (2022) esclarecem que essa bipartição política no Brasil é um fenômeno recente, marcado pelo antagonismo afetivo e pela radicalização simbólica da direita, de maneira assimétrica em relação à esquerda, que adota uma postura moderada desde 2006. Em um estudo posterior, com base em dados do Twitter, Ribeiro e Ortellado (2025) evidenciam que a segregação na esfera digital já estava consolidada em 2018 e permaneceu estável ao longo do tempo.

Considera-se que a polarização afetiva, assim como outras formas de dissensão ideológica, manifesta-se em um *continuum* discursivo. No caso específico desse fenômeno, observam-se desde práticas discursivas orientadas por formas mais racionais de deliberação até construções afetivo-reativas marcadas pela intensificação do antagonismo. Nos comentários analisados neste estudo, esse *continuum* evidencia-se pela coexistência de enunciados que oscilam entre a argumentação deliberativa e posicionamentos discursivos de caráter extremado.

No contexto brasileiro, o conflito ideológico organiza-se principalmente em torno de lideranças políticas, refletindo um sistema partidário fragmentado, instável e com baixa

capilaridade social. Ainda assim, o país acompanha tendências observadas em outros contextos, especialmente pela concentração dessas disputas entre segmentos mais mobilizados politicamente. Nesse cenário, a intensificação da polarização afetiva representa uma ameaça à democracia, sobretudo por favorecer a legitimação social de discursos e práticas autoritárias (Escosteguy-Medronho, 2024).

Nesse sentido, a polarização afetiva ultrapassa o âmbito partidário e passa a atravessar o cotidiano social, articulando identidades políticas, emoções e vínculos identitários. Esse processo torna mais rígidas as percepções de mundo e impacta diretamente as relações sociais ao fomentar sentimentos de hostilidade contra o “adversário” político e intensificar discussões em defesa de posições ideológicas divergentes (Argon; Gonçalves, 2022; Nunes; Traumann, 2023).

Nesse contexto, os grupos antagônicos passam a considerar as manifestações do outro como intoleráveis e inaceitáveis, o que contribui para a legitimação de posturas autoritárias e para a formação de sujeitos mais suscetíveis a práticas violentas (Medeiros, 2024; Fuks; Marques, 2022; Nunes; Traumann, 2023).

As consequências desse cenário podem ser identificadas em acontecimentos ocorridos durante e após o processo eleitoral presidencial brasileiro de 2022. Naquele período, o acirramento político promovido pela mídia concentrava-se nas figuras de Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro. Tais tensões atingiram seu ápice na tentativa de golpe de Estado ocorrida no dia 8 de janeiro de 2023, quando grupos alinhados ao bolsonarismo radical, inconformados com o resultado das eleições, invadiram as sedes dos Três Poderes e depredaram bens públicos da União, evidenciando o avanço da radicalização política.

A animosidade presente nos grupos de extrema direita, especialmente os alinhados ao bolsonarismo, não se limita aos apoiadores do presidente Lula, estendendo-se também a outras instituições. Um exemplo significativo disso é a relação de rejeição construída por setores ultradireitistas em relação ao Supremo Tribunal Federal (STF), sobretudo ao ministro Alexandre de Moraes. Desse modo, o antagonismo ideológico no Brasil, além de assumir um caráter afetivo, ultrapassa as lideranças políticas de Bolsonaro e Lula, e passa a abranger qualquer elemento percebido como incompatível com as crenças, valores e posicionamentos de determinados grupos sociais.

O desenvolvimento tecnológico e seus impactos na comunicação intensificaram as interações entre os indivíduos, sobretudo nas discussões e posicionamentos políticos. Nesse cenário, torna-se inegável a influência recíproca entre política e mídia (Dijk, 2008). O discurso midiático, voltado à cooptação, manifesta-se nas mídias sociais, como o Facebook, que dramatizam eventos políticos e buscam construir credibilidade (Zimmermann; Freitas, 2025).

Nessa direção, Recuero, Soares e Zago (2021, p. 6) ressaltam que “as dinâmicas de propagação de informação nas mídias digitais afetam também a circulação de conteúdo político”. Isso ocorre porque os algoritmos das redes sociais favorecem a formação de “câmaras de eco”, ou seja, bolhas informacionais personalizadas de acordo com os interesses dos usuários. Esse processo é efetivado por meio de filtros, de recomendação algorítmica e de compartilhamento seletivo. As redes sociais, portanto, amplificam vieses cognitivos, reforçam identidades grupais, limitam a exposição a perspectivas divergentes e intensificam sentimentos negativos em relação aos grupos opositores. Além disso, segundo os autores citados, os meios tradicionais de comunicação também tendem a ampliar narrativas e a enfatizar conflitos.

3 FORMAÇÕES DISCURSIVAS E EXPRESSÕES CRISTALIZADAS EM COMENTÁRIOS DIGITAIS

A Análise do Discurso (AD) contribui significativamente para os estudos acerca da polarização, visto que “o processamento de informações políticas é frequentemente uma forma de processamento discursivo, também porque boa parte da ação e da participação política é realizada pelo discurso e pela comunicação” (Dijk, 2008, p. 197). Assim, para que haja reflexão crítica e análise consistente dos discursos políticos antagônicos veiculados nas redes sociais, é imprescindível reconhecer a inter-relação entre os mecanismos de construção discursiva, os processos de recorrência de clichês e estereótipos e as dinâmicas próprias dos comentários em plataformas digitais. Essa correlação revela como determinados recursos discursivos são mobilizados para reforçar narrativas ideológicas, influenciar percepções coletivas e intensificar a disputa no ambiente virtual.

Orlandi (2006, p. 17) define o discurso como sendo “a materialidade específica da ideologia” e a língua como “a materialidade específica do discurso”. Nesse sentido, ao se reconhecer a língua como materialidade discursiva, compreende-se que as ações discursivas reproduzem e legitimam questões ideológicas. O sujeito, portanto, emerge como instância de enunciação que, em diferentes contextos, projeta sua visão de mundo por meio do discurso, tornando-se representante das perspectivas e valores do grupo ideológico ao qual está vinculado. Ainda segundo Orlandi (2006, p. 19), “não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua”. Assim, para a AD, os sujeitos estão inseridos em diferentes formações discursivas (FDs), que expressam diferentes posições ideológicas por meio do uso da língua.

Pêcheux (1995, p. 160) considera a formação discursiva (FD) como aquilo que “numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada [...], determina o *que pode e deve ser dito*” (grifo do autor). O sentido das palavras, então, depende do sujeito que as usou, seu contexto de produção, e, principalmente, da formação discursiva e ideológica (FDI) às quais ele está submetido. Acerca disso, o autor ainda esclarece que:

[...] o sentido [...] é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo socio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam* (Pêcheux, 1995, p. 160, grifo do autor).

No entanto, não se deve entender as FDs como nichos isolados que só coexistem ao lado de outras. Pelo contrário, os sentidos se concretizam em cada formação discursiva justamente porque são constitutivamente atravessados e reformulados por outros discursos. A isso dá-se o nome de interdiscurso, definido por Courtine e Marandin (1981 *apud* Brandão, 2004, p. 91) como “um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é conduzida [...] a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior dela própria”. Além disso, os discursos que circulam entre as FDs não surgem de maneira espontânea, mas são reformulações do já-dito, atualizados pela memória discursiva e retomados no interdiscurso para serem enunciados sob uma nova condição de produção, o que possibilita uma renovação do sentido. “É ela [a memória

discursiva] que permite [...] o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes a formações discursivas historicamente contíguas" (Brandão, 2004, p. 96).

Sobre a relação entre memória discursiva e interdiscurso, Orlandi (2005, p.31) explica que:

Este [o interdiscurso] é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra.

De acordo com Maingueneau (2015, p. 81), a noção de FD para Foucault e Pêcheux compartilha um ponto em comum: "a formação discursiva é concebida como um sistema de restrições invisíveis, transversal às unidades tópicas". Ou seja, não é o tópico que define a FD, mas a FD que orienta a abordagem e o desenvolvimento do tópico. O autor propõe uma abordagem distintiva para a construção de uma formação discursiva, que, segundo ele, organiza-se não a partir da instância produtora, mas em torno de um tema específico. Esses temas são diversos e costumam aparecer em formulações como "o discurso sobre a pena de morte" ou "o debate sobre o aborto". Na perspectiva da AD, sobressaem as categorias temáticas, como: a) entidades: FD construída a partir de uma entidade capaz de ser "humanizada", como uma figura conhecida (ex.: Bolsonaro), instituição social (ex.: Exército), momento histórico (ex.: Idade Média) ou lugar (ex.: EUA); b) acontecimentos: a partir de episódios que são notificados pela mídia (ex.: o impeachment de Dilma Rousseff); c) cenários: atividades de determinados atores sociais que duram um determinado período (ex.: a iminência do escalonamento da guerra no Irã) e d) nós discursivos: "tema que constitui um assunto de debate recorrente em determinada comunidade". Há dois tipos de "nós": as questões (dúvidas/perguntas que são discutidas no discurso) e os problemas (demandas que surgem no discurso para o debate) (Maingueneau, 2015, p. 86-90). Assim, considera-se que o tema desta pesquisa, polarização política em comentários digitais, configura-se como um "nó discursivo", visto que a FD se organiza em torno de um problema debatido pela sociedade brasileira.

Ao refletir sobre a circulação de discursos políticos polarizados, observa-se que determinados enunciados disputam diferentes sentidos e interpretações de um mesmo termo ou expressão, conforme as formações ideológicas e discursivas assumidas pelos interlocutores. Essas interpretações derivam de ideias preconcebidas que orientam comportamentos e valores sociais. Tais ideias são reproduzidas por meio de palavras e expressões associadas que, ao circularem no espaço social e serem replicadas de forma exponencial, tendem a cristalizar-se, transformando-se em clichês. Segundo Amossy e Pierrot (2022, p. 19), "o clichê não é somente definido como uma fórmula banal, mas também como uma expressão cristalizada, repetível sob uma mesma forma". A título de exemplo, a frase "Eu sou a favor da família e dos bons costumes" pode ser considerada um clichê, visto que é uma fórmula cristalizada, repetida incessantemente não apenas pelos políticos, mas pelo público em geral, e, mesmo que a ideia seja vaga, apresenta apelo ao conservadorismo, por isso pode ser utilizada pelo público engajado para defender seu lado político.

Além disso, os clichês fazem parte "da construção de uma memória discursiva e de um mundo de normas, de saberes e de crenças compartilhadas" popularmente (Amossy; Pierrot, 2022, p. 129). Isso porque, ao utilizar uma fórmula já existente para expressar seu

posicionamento político, por exemplo, o sujeito traz à tona outras ocorrências e reformulações anteriores desse discurso.

De acordo com Amossy e Pierrot (2022, p. 131), essas fórmulas têm:

um caráter cristalizado que a torna facilmente identificável, uma concisão que lhe permite circular, tornando-se parte integrante de uma argumentação, e uma flutuação semântica que a torna polissêmica e, por isso, ao mesmo tempo apropriável e sujeita a interpretações divergentes, que geram polêmica. [...] A fórmula é sempre portadora de objetivos sociopolíticos.

Tanto as fórmulas quanto os estereótipos constituem expressões cristalizadas no discurso. Para Amossy e Pierrot (2022, p. 104), “o estereótipo é uma ideia convencional, associada a uma palavra numa dada cultura [...], que responde à opinião corrente associada à palavra”. Isso significa que os estereótipos participam da construção da significação no discurso, pois dependemos dessas “ideias generalizadas” para que a comunicação aconteça. Contudo, é preciso voltar os olhos às problemáticas de determinados estereótipos, pois eles carregam concepções sócio-históricas e ideológicas capazes de moldar pontos de vista preconceituosos. Um estereótipo historicamente marcado associa a pessoa negra ao legado do sistema escravocrata, perpetuando discriminações estruturais que se manifestam também no discurso. As redes sociais constituem um espaço privilegiado para a circulação e a estabilização de expressões cristalizadas e de estereótipos, uma vez que favorecem a reprodução acelerada e o compartilhamento de mensagens.

Esse processo de difusão discursiva rápida aproxima-se das práticas sociais da vida cotidiana. Nesse contexto, os gêneros discursivos rotineiros são adaptados às condições específicas das mídias digitais. No ambiente *online*, observa-se não apenas essa adaptação, mas também a criação de novas formas textuais-discursivas, entre as quais se destacam os comentários, que desempenham papel central na dinâmica comunicativa contemporânea. Nesse sentido, Paveau (2022, p. 125) afirma:

O comentário online é um tecnodiscurso onipresente na web e constitui, portanto, uma das principais formas dos discursos digitais nativos. Estruturalmente ligado ao discurso primeiro que ele predica, conforme modalidades bem diversas, inclusive não linguageiras, ele é, acima de tudo, um lugar de relacionalidade. Participando do modo de construção e de recepção do sentido do texto primeiro, ele emerge do processo de escrita própria dos discursos conectados.

Em sua obra, a autora classifica os comentários conversacionais discursivos como aqueles em que os usuários ampliam o sentido do primeiro texto, a fim de “produzir o acordo e o desacordo, o consenso e a polêmica, para trazer complementos e prolongamentos, e também para efetuar digressões” (Paveau, 2022, p. 116). Ou seja, os comentários digitais funcionam como espaços de afirmação ou contestação de discursos políticos, contribuindo para que o ambiente *online* se configure como espaço de violência simbólica e intolerância. Devido à brevidade e à interação imediata dos comentários *online*, expressões cristalizadas encontram espaço para se propagar, já que os usuários buscam validação de seus pares em vez de diálogo com adversários, visando aprovação e engajamento de quem concorda com determinado posicionamento (Boaventura; Freitas, 2020).

O antagonismo no campo político acontece, sobretudo, pelo conflito entre diferentes formações discursivas e ideológicas. Além disso, as redes sociais configuram-se,

atualmente, como um dos principais espaços de disputa ideológica por interpretações, nos quais os sujeitos, ao expressarem suas opiniões, inserem-se publicamente nesse debate.

Os comentários que compõem o *corpus* desta pesquisa configuram-se como espaços discursivos privilegiados no ambiente digital, nos quais se materializam posicionamentos políticos vinculados a formações ideológicas. Essas mensagens recorrem a expressões cristalizadas, clichês e estereótipos, funcionando como dispositivos de reafirmação identitária e demarcação de valores. Assim esses textos intensificam estruturas polarizadoras por meio de fórmulas retóricas reconhecíveis, configurando a polarização política como um “nó discursivo” que articula tensões sociais e debates presentes na sociedade brasileira.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta seção caracteriza o *corpus*, descreve os procedimentos de coleta e organização dos comentários analisados, e apresenta o debate midiático sobre a polarização política entre Ortellado (2017 a; 2017 b) e Miguel (2017), bem como os fundamentos teórico-metodológicos que orientam a análise das condições de produção, circulação e construção de sentidos dos enunciados.

4.1 Caracterização do *corpus*: procedimentos de coleta e organização dos comentários

A presente pesquisa é de natureza qualitativo-interpretativista. Na perspectiva da AD, a interpretação busca compreender as forças históricas, sociais e ideológicas que atravessam as formações discursivas e participam da produção de sentidos (Rocha; Silva; Oliveira, 2022). Assim, os sentidos não são fixos, mas constituídos e transformados nas relações entre diferentes formações discursivas e nas condições concretas de circulação dos enunciados (Pêcheux, 1995).

A coleta e a seleção dos dados foram realizadas entre abril e maio de 2025. O procedimento consistiu na busca, em quinze perfis jornalísticos na plataforma X, de notícias referentes à declaração proferida por Jair Bolsonaro em 26 de março de 2025. Na ocasião, o ex-presidente questionou a confiabilidade das urnas eletrônicas e defendeu o voto impresso, após tornar-se réu no STF pelo envolvimento na tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023.

Dentre os jornais e notícias pesquisados, foram selecionados os perfis com maior quantidade e diversidade de comentários. Para uma pré-seleção dos enunciados, foram levados em consideração os seguintes critérios:

- a. comentários provenientes de perfis públicos;
- b. publicados como resposta direta ao *post* selecionado;
- c. não classificados como *spam*;
- d. não identificados pela plataforma como “conta paródia”;
- e. sem presença de imagens ou GIFs.

Foram coletados 27 comentários publicados em seis jornais no X, dos quais 14 correspondem a formações discursivas alinhadas a posições democráticas e 13 relacionam-se a discursos de extrema direita. Nesse contexto, a FD vinculada aos princípios democráticos associa-se à pluralidade, ao diálogo, aos direitos humanos, à valorização das diferenças e à defesa das instituições democráticas, compreendendo o dissenso como parte constitutiva da vida política (Levitsky; Ziblatt, 2018). Já a FD de extrema direita

relaciona-se a posicionamentos marcados pelo radicalismo, mobilizando sentidos ligados ao autoritarismo, ao nacionalismo excludente e à deslegitimação de grupos divergentes (Kaysel; Bianchi, 2025).

Em razão do tempo dedicado à pesquisa, o *corpus* foi refinado por meio de uma leitura atenta dos comentários para identificação dos temas mais frequentes e seleção dos exemplos mais representativos, a partir de novos critérios de análise:

- a. relação explícita com a temática identificada;
- b. equilíbrio entre os comentários das formações discursivas alinhadas a posições democráticas e aqueles vinculados à extrema direita em cada temática, com o objetivo de possibilitar uma análise comparativa;
- c. grande número de curtidas e visualizações, considerados indicadores de circulação e engajamento na plataforma.

Por fim, foram selecionados para análise dois comentários provenientes do perfil da *Folha de S. Paulo*, considerados representativos do *corpus* investigado, uma vez que evidenciam a presença de estereótipos e de antagonismos políticos recorrentes nas interações analisadas. Os comentários analisados contemplam diferentes posicionamentos acerca do que se entende por “justiça”, o que favorece ao pesquisador a observação de modos distintos de significação e de disputa de sentidos no debate político contemporâneo.

4.2 O debate sobre polarização política na mídia

Em novembro de 2017, no contexto inicial das discussões públicas sobre polarização política no Brasil, Pablo Ortellado, pesquisador e professor da Universidade de São Paulo, publicou na *Folha de S. Paulo* o artigo “A polarização não está nos deixando pensar”. No texto, o autor problematiza os efeitos da disputa ideológica sobre o debate público, argumentando que a lógica polarizada compromete a reflexão crítica dos sujeitos acerca de suas próprias convicções e posicionamentos, uma vez que “quando determinado campo político toma uma posição, o campo adversário automaticamente toma posição no sentido contrário” (Ortellado, 2017a, s.p.).

Em resposta, Luis Felipe Miguel, professor e pesquisador da Universidade de Brasília, publicou na *Carta Capital* o artigo “Pensar também tem lado: resposta ao texto de Ortellado”. Nesse texto, o autor critica perspectivas de neutralidade diante da polarização política e defende a necessidade de uma postura crítica frente a discursos associados à negação de direitos (Miguel, 2017, s.p.).

Posteriormente, Pablo Ortellado publica a tréplica “Independência não é meio termo: resposta a Luis Felipe Miguel”, na qual reafirma a tese de que o antagonismo político favorece “o comportamento automático de negar o outro [...] e aquilo que acredita que o outro seja” (Ortellado, 2017b, s.p.).

O debate entre os autores revela disputas discursivas sobre os sentidos da polarização política e dos posicionamentos ideológicos no espaço midiático, evidenciando o antagonismo contemporâneo em que sujeitos legitimam narrativas alinhadas às suas visões de mundo. Nesse cenário, os discursos analisados neste trabalho são produzidos em meio à disputa de sentidos, à identificação com determinados grupos políticos e à intensificação de posicionamentos polarizados no ambiente digital.

4.3 Contexto de produção e fundamentos aplicados à análise dos comentários

É relevante compreender os motivos que levaram o ex-presidente Bolsonaro a tornar-se réu pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em março de 2025, circunstância que desencadeou a declaração em que ele questiona a confiabilidade do sistema eleitoral administrado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

De acordo com o Supremo Tribunal Federal (2023), o dia 8 de janeiro de 2023 ficou marcado pela invasão das sedes dos Três Poderes, configurando uma tentativa de golpe de Estado conduzida por apoiadores de Jair Messias Bolsonaro. Em fevereiro de 2025, a Procuradoria-Geral da República, na Petição n. 12.100 (Brasil, 2025), denunciou Jair Bolsonaro por ligação com os atos de 2023. Em março de 2025, o Supremo Tribunal Federal o tornou réu pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, organização criminosa, dano qualificado ao patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado⁵ (Vivas, 2025).

Após a decisão do STF, o ex-presidente realizou um pronunciamento à imprensa em frente ao tribunal, reafirmando sua desconfiança nas urnas eletrônicas ao declarar não ser obrigado a confiar em programador (Itatiaia, 2025, 10'58''). De acordo com a denúncia oficial, o grupo acusado buscava alimentar o descrédito em relação ao sistema eletrônico de votação (Brasil, 2025, p. 11). Em 2023, uma reportagem da CNN listou algumas das vezes em que Bolsonaro havia colocado em dúvida os votos eletrônicos, mostrando que, durante seu mandato presidencial, já havia levantado suspeita sobre a legitimidade do processo eleitoral, evidenciando um padrão recorrente de deslegitimação do sistema eleitoral (Tortella, 2023).

Diversos veículos de comunicação noticiaram não apenas a aceitação da denúncia pelo STF, mas também a formação de um novo grupo de réus relacionados aos atos investigados. Além do mais, destacaram trechos do pronunciamento em que o ex-presidente defendia o voto impresso.

A análise dos dois comentários selecionados fundamenta-se nas noções de formações discursivas, clichês e estereótipos, compreendidos como elementos estruturantes das práticas enunciativas observadas. Tais noções permitem identificar os mecanismos discursivos e ideológicos que sustentam os posicionamentos polarizados de caráter afetivo (Ortellado; Ribeiro; Zeine, 2022), revelando como determinados sentidos são reiterados e naturalizados no espaço digital.

Ao caracterizar a natureza dos comentários, empregam-se as expressões FD associada à posição democrática e FD de extrema direita para designar posicionamentos distintos no debate político contemporâneo. Ambas disputam sentidos no espaço social e se diferenciam pelas condições ideológicas que orientam aquilo que pode ser dito, legitimado e compartilhado em cada uma dessas formações discursivas.

De maneira complementar, recorre-se também à noção de referenciação para compreender os processos de construção dos referentes e suas implicações ideológicas. A análise compara os comentários, utilizando o título da notícia como ativação referencial. A referenciação está ligada à produção de sentidos, visto que os interlocutores focalizam

⁵ Os crimes mencionados encontram respaldo em diferentes dispositivos legais, a saber: abolição violenta do Estado Democrático de Direito, prevista no Código Penal, Art. 359-L (Lei nº 14.197/2021); golpe de Estado, tipificado no Código Penal, Art. 359-M (Lei nº 14.197/2021); organização criminosa, disciplinada pela Lei nº 12.850/2013; dano qualificado ao patrimônio da União, estabelecido no Código Penal, Art. 163, § único, III; e deterioração de patrimônio tombado, prevista na Lei nº 9.605/1998, Art. 62.

a atenção em um mesmo ponto, constituindo um objeto do discurso (Cavalcante, 2024, p. 286). Segundo Cavalcante (2024, p. 293):

uma análise de processos referenciais em rede precisa considerar o texto desde o contexto de produção, a finalidade argumentativa da interação em que ele acontece, até o modo como os elementos são explicitados e organizados na superfície do texto, relacionando-os com o contexto sócio-histórico vivenciado.

Os comentários analisados neste trabalho indicam uma relação entre seu conteúdo e o título da notícia, mostrando que a referência atua como estratégia discursiva de ancoragem e ressignificação, reforçando posicionamentos políticos e ideológicos. Também são examinados alguns operadores argumentativos e modalizadores discursivos como estratégias enunciativas que orientam a argumentação.

5 TERRITÓRIOS DISCURSIVOS DA POLARIZAÇÃO POLÍTICA

Nesta seção, analisa-se o título de uma notícia publicada pela *Folha de S. Paulo*, seguido do exame de dois comentários associados à matéria jornalística: o primeiro está alinhado à defesa das instituições democráticas e, o outro, a setores da extrema direita caracterizados por posicionamentos ultradireitistas e pela radicalização discursiva. Essa organização permite uma leitura comparativa dos posicionamentos presentes nos comentários, evidenciados por formulações cristalizadas que configuram a estereotipia discursiva. A análise concentra-se na comparação entre os comentários, utilizando o título da notícia apenas como recurso introdutório para situar o conteúdo noticiado. Embora as postagens retomem parcialmente o conteúdo da notícia, o objetivo não é estabelecer uma relação direta com ele, mas evidenciar a contraposição entre os comentários.

5.1 Bolsonaro e a ofensiva contra o sistema eleitoral

A *Folha de S. Paulo* publicou, no dia 26 de março de 2025, uma notícia intitulada:

- (1) “Bolsonaro ataca Moraes e retoma ofensiva contra o sistema eleitoral após virar réu no STF.”

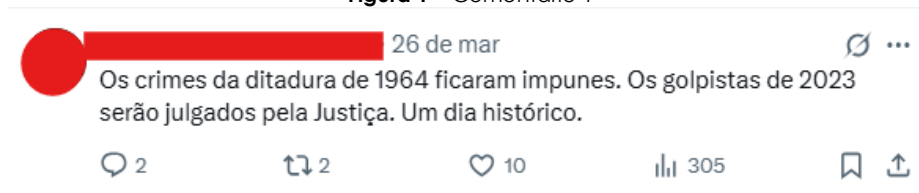
O título mobiliza o interdiscurso ao recorrer ao discurso relatado para apresentar a resposta do ex-presidente à decisão do Supremo Tribunal Federal. A construção enunciativa realizada pela *Folha de S. Paulo* evidencia o embate entre Jair Bolsonaro e Alexandre de Moraes ao nomear explicitamente esses referentes discursivos e acionar sentidos associados às posições que representam. Assim, o título não apenas identifica os protagonistas da narrativa, mas também reforça o tensionamento simbólico entre o campo político vinculado à extrema direita e o campo jurídico associado à defesa das instituições e da estabilidade democrática.

Além disso, o uso do verbo “ataca” e da expressão “retoma ofensiva contra sistema eleitoral” insere os sujeitos em um cenário de confronto. O verbo “retomar”, em particular, produz o efeito de sentido de continuidade, indicando que o questionamento ao sistema eleitoral constitui uma prática recorrente nos discursos do ex-presidente.

5.1.1 Do silêncio histórico à voz da Justiça

Apresenta-se, na Figura 1, um comentário postado na rede X (antigo Twitter), acerca da notícia divulgada pela *Folha de S. Paulo*.

Figura 1 – Comentário 1



Fonte: X (2025).

- (2) "Os crimes da ditadura de 1964 ficaram impunes. Os golpistas de 2023 serão julgados pela Justiça. Um dia histórico".

A ditadura de 1964 teve início com um golpe de Estado e permanece, até hoje, como um acontecimento discursivo, pois instaurou uma rede de dizeres (Ferreira *et al.*, 2001, p. 11) sobre o regime cívico-militar na história do Brasil. Esse acontecimento é constantemente retomado pela memória discursiva e ressignificado por diferentes grupos sociais, que lhe atribuem sentidos distintos ao relacionar passado e presente.

O segmento (2) estabelece uma aproximação entre o golpe de 1964 e a tentativa de golpe ocorrida em 2023. O enunciado "Os crimes da ditadura de 1964 ficaram impunes" é uma estrutura discursiva cristalizada, remete à ditadura cívico-militar no Brasil e pode ser associado à Lei da Anistia (Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979), frequentemente relacionada à ausência de responsabilização pelos atos de censura, perseguição e tortura praticados durante o regime militar. A evocação desse passado, por meio do clichê, desempenha papel central na construção argumentativa do comentário, pois aciona o interdiscurso ao articular memórias históricas que conectam a impunidade da ditadura à tentativa de ruptura democrática em 2023.

A relação entre passado e presente se constrói discursivamente no contraste entre as afirmações "Os crimes da ditadura de 1964 ficaram impunes" e "Os golpistas de 2023 serão julgados". O primeiro enunciado remete a um passado marcado pela ausência de responsabilização, em que o verbo "ficaram" produz o efeito de sentido de permanência da impunidade, cristalizando-a como um traço histórico. Já o segundo enunciado projeta um presente orientado pela expectativa de justiça institucional, em que o verbo "serão" carrega um valor prospectivo e de promessa, instaurando a ideia de que o futuro será diferente do passado. Assim, o contraste entre os dois tempos verbais evidencia a tensão entre memória e esperança: de um lado, a lembrança da impunidade; de outro, a projeção de um julgamento que simboliza reparação e mudança. Esse movimento articula-se ao referente Jair Bolsonaro, mencionado no título da notícia, e produz um efeito de continuidade histórica entre os sujeitos associados ao golpe militar e aqueles vinculados aos atos de 2023. Nesse contexto, a denominação do clichê "golpistas" atribui valor negativo aos envolvidos na depredação das sedes dos Três Poderes e os aproxima simbolicamente dos responsáveis pelos "crimes da ditadura".

A expressão cristalizada “um dia histórico” é um recurso discursivo que legitima o momento como marco de transformação, atribuindo-lhe valor coletivo e político. Ela funciona como retomada avaliativa, ao sintetizar o contraste entre impunidade e responsabilização, reforçando a ideia de ruptura simbólica e de avanço democrático.

Ao categorizar a decisão do STF como positiva para a história do país, o enunciado produz sentidos alinhados a uma formação discursiva de orientação democrática. A articulação entre “virar réu no STF” e “um dia histórico” convoca memórias sedimentadas sobre a impunidade da ditadura de 1964 e reinscreve o presente como ruptura simbólica com esse passado.

Desse modo, o enunciado produz um efeito de sentido que legitima a responsabilização jurídica de Bolsonaro como gesto de justiça histórica. O processo de referenciação contribui, assim, para a progressão argumentativa do texto ao valorizar a memória, a justiça e a responsabilização institucional, configurando posições-sujeito coerentes com essa orientação discursiva. Apresenta-se, no Quadro 1, uma síntese do processo referencial descrito.

Quadro 1 – Síntese do processo de referenciação do Comentário 1

ELEMENTO REFERENCIAL	REFERENTE HISTÓRICO/DISCURSIVO	FUNÇÃO NO ENUNCIADO
“Os crimes da ditadura de 1964”	Golpe militar de 1964 e Lei da Anistia de 1979	Introduz o referente histórico de impunidade e violência estatal
“Os golpistas de 2023”	Tentativa de golpe e atos antidemocráticos de janeiro de 2023 e Bolsonaro (Título da notícia)	Atualiza o tema no presente, estabelecendo continuidade histórica
“Um dia histórico”	Julgamento dos envolvidos em 2023 pelo STF e “Virar réu no STF” (Título da notícia)	Retoma e avalia o evento sintetizando a ruptura com o passado de impunidade. Conecta a decisão do STF à noção de reparação histórica

Fonte: Elaboração própria (2025).

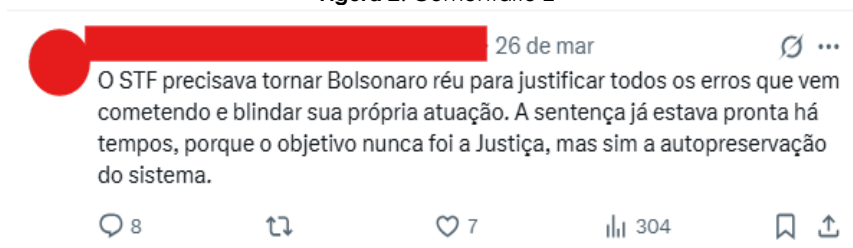
O uso estratégico de “crimes da ditadura”, “golpistas” e “dia histórico” com valor argumentativo se repete em outros comentários pré-selecionados do grupo situado na FD democrática, evidenciando que se trata de expressões cristalizadas que não devem ser compreendidas como clichê no sentido banal do termo, mas como a atualização de formas estabilizadas de enunciação. Esse recurso contribui para reativar a memória discursiva e crenças compartilhadas, uma vez que, ao recorrer a fórmulas já consolidadas, o sujeito retoma sentidos e usos anteriores do discurso (Amossy; Pierrot, 2022). Essas formulações ressignificam uma memória discursiva presente no debate público brasileiro, na qual a violência histórica é associada à impunidade, ao mesmo tempo em que se legitima a justiça.

O uso das expressões cristalizadas destacadas evidencia a dinâmica da polarização afetiva, ao promover a desqualificação do adversário por meio de enunciados atravessados por referências históricas mobilizadas e ressignificadas na trama interdiscursiva. Essas expressões reforçam posições-sujeito e sustentam a construção de fronteiras simbólicas entre grupos em conflito.

5.1.2 Réu por conveniência: o STF e a lógica da autopreservação

A Figura 2 exibe um comentário publicado na rede X/Twitter em resposta à notícia divulgada pela *Folha de S. Paulo*.

Figura 2: Comentário 2



Fonte: X (2025).

- (3) “O STF precisava tornar Bolsonaro réu para justificar todos os erros que vem cometendo e blindar sua própria atuação. A sentença já estava pronta há tempos, porque o objetivo nunca foi a Justiça, mas sim a autopreservação do sistema”.

Esse comentário apresenta um teor conspiratório ao construir a ideia de que o STF teria articulado uma ação com o objetivo de prejudicar Jair Bolsonaro. Em (3), a argumentação é construída por meio da progressão das informações e do uso de modalizadores e operadores argumentativos que orientam a interpretação do leitor.

O modalizador “precisava” produz um efeito de necessidade e inevitabilidade, sugerindo que tornar Bolsonaro réu seria uma ação estratégica, e não uma decisão imparcial. Já os operadores “para”, “já”, “porque” e “mas sim” organizam a progressão argumentativa ao produzir efeitos de finalidade, antecipação, explicação e oposição. O termo “já” reforça a ideia de que “a sentença” estaria previamente definida; “porque” introduz a justificativa da acusação formulada pelo enunciador; e “mas sim” estabelece uma oposição entre “Justiça” e “autopreservação do sistema”, direcionando o sentido do comentário para a deslegitimação da atuação do STF.

A cadeia referencial evidencia a construção do “STF” como agente institucional, cuja presença se prolonga de modo implícito nas expressões “sua própria atuação” e “o sistema”. Nesse encadeamento, os termos “Justiça” e “sistema” operam como referentes ideológicos: o primeiro legitima discursivamente as ações institucionais, enquanto o segundo reinscreve o “STF” em uma rede de poder mais ampla, representando-o como elemento constitutivo de uma estrutura institucional que busca preservar sua própria autoridade. É nesse ponto que a extrema direita constrói sua narrativa em oposição às instituições e considera o “sistema” como um inimigo a ser combatido. Assim, o termo ganha centralidade na disputa de sentidos, uma vez que há uma tensão entre legitimação institucional e contestação política.

“Bolsonaro” aparece como paciente da ação verbal (“tornar réu”). Em seguida, o texto introduz o sintagma nominal “a sentença”, que se relaciona de modo inferencial ao cenário jurídico previamente construído, constituindo uma anáfora associativa do referente “Bolsonaro”. A cadeia referencial produz um contraste entre dois atores: de um lado, o STF é construído como um agente voltado à manutenção de seus próprios interesses; de outro, Bolsonaro é apresentado como alguém submetido a uma ação cujo desfecho já estaria determinado. O quadro abaixo sintetiza o processo referencial de (3).

Quadro 2 – Síntese do processo de referenciação do Comentário 2

ELEMENTO REFERENCIAL	REFERENTE HISTÓRICO/DISCURSIVO	FUNÇÃO NO ENUNCIADO
"STF"	Suprema Corte Brasileira	Apresenta o STF como agente institucional, estratégico e autoprotetor
"sua própria atuação"; "o sistema"	STF	Reforça e a presença institucional do STF
"Justiça"	Julgamento imparcial, de acordo com a lei	Apresenta a decisão do STF como incompatível com sua finalidade da instituição
"Bolsonaro"	Ex-presidente	Apresenta Bolsonaro com paciente da ação e alvo da atuação institucional
"a sentença já estava pronta"	"Virar réu pelo STF" (Título da notícia)	Deslegitima a atuação do STF e reforça a posição de Bolsonaro como paciente da ação

Fonte: Elaboração própria (2025).

Nesse contexto, o STF é representado como uma instituição voltada à autoproteção, enquanto Bolsonaro é construído como vítima do "sistema". A progressão argumentativa do enunciado atribui intencionalidade à ação do STF por meio do modalizador "precisava", sugerindo que tornar o ex-presidente réu seria uma estratégia para encobrir erros anteriores e desviar o foco das circunstâncias da denúncia da Procuradoria Geral da República (PGR).

As fórmulas "sentença pronta" e "autopreservação do sistema" constituem expressões cristalizadas que evidenciam a radicalização afetivo-ideológica do enunciado. Além disso, observa-se a ausência de evidências concretas que sustentem as afirmações apresentadas no comentário. A articulação desses elementos contribui para a construção de uma narrativa conspiratória, reforçando a ideia de ilegitimidade do julgamento e produzindo uma cadeia referencial baseada na desconfiança em relação ao sistema jurídico.

Nesse contexto, percebe-se um engajamento do enunciador na mobilização de sentidos voltados à deslegitimação do Supremo Tribunal Federal e à construção de Jair Bolsonaro como vítima do sistema. Os movimentos simultâneos de desqualificação do STF e de valorização de Bolsonaro como mártir reforçam a polarização afetiva e sinalizam um posicionamento alinhado a discursos de ultradireita.

5.1.3 Dia histórico ou roteiro ensaiado: a contraposição narrativa

Com o intuito de ilustrar a contraposição dos dois comentários foi elaborado o seguinte quadro:

Quadro 3 – Síntese comparativa

COMENTÁRIO 1	COMENTÁRIO 2
Justiça como marco histórico	Justiça como encenação
Valorização do STF	Desvalorização do STF
Golpistas como réus legítimos	Bolsonaro como vítima
Clichês: "crimes da ditadura", "golpistas" e "dia histórico"	Clichês: "sentença pronta" e "autopreservação do sistema"
Estereotipia: argumentação baseada na memória da impunidade	Estereotipia: argumentação conspiratória baseada numa suposta manipulação institucional
Espaço interdiscursivo	
FD alinhada à posição democrática	FD alinhada ao espectro da extrema direita

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os comentários analisados mobilizam estratégias enunciativas distintas: o primeiro legitima a decisão do Supremo Tribunal Federal e reivindica reparação histórica em uma perspectiva democrática; o segundo, vinculado à extrema direita, deslegitima o STF por meio de uma narrativa conspiratória. O embate em torno do acontecimento discursivo “Bolsonaro vira réu” evidencia a constituição de um espaço interdiscursivo marcado por posições em disputa e por processos de estereotipia sustentados, de um lado, pela memória da impunidade e, de outro, pela ideia de manipulação institucional.

A divergência na percepção do acontecimento evidencia uma polarização marcada por distintos investimentos emocionais configurados pela mídia: em (2) prevalece uma orientação mais racional; em (3) predominam construções associadas à radicalização afetivo-ideológica. Nesse cenário, os comentários posicionam o Supremo Tribunal Federal e Jair Bolsonaro como eixos simbólicos da disputa de sentidos e de posicionamentos ideológicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa atingiu seu objetivo ao analisar discursos polarizados no X e identificar padrões discursivos que contribuem para a dinâmica da polarização política no Brasil, entendida como um “nó discursivo” organizado em torno de questões amplamente debatidas na sociedade.

A análise evidenciou o predomínio de expressões cristalizadas nos comentários examinados, recurso constitutivo da estereotipia discursiva tanto em formações democráticas quanto em discursos de extrema direita. Esses discursos mobilizam estereótipos e redes interdiscursivas que reforçam valores ideológicos e produzem diferentes efeitos de sentido sobre um mesmo acontecimento, especialmente em torno da noção de justiça, intensificando o antagonismo político-ideológico.

Os estereótipos discursivos identificados apresentam naturezas distintas: o comentário democrático mobiliza memórias históricas para legitimar o julgamento, enquanto o comentário de ultradireita recorre a teorias conspiratórias para desqualificar o Supremo Tribunal Federal e caracterizar o julgamento como encenação. O embate político-ideológico é marcado pela oscilação entre deliberação racional e posicionamentos extremados.

O contexto político redefine os atores centrais da polarização afetiva: se, nas eleições de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro ocupavam o centro do embate, o avanço do julgamento de Bolsonaro deslocou o Supremo Tribunal Federal para uma posição central no debate público, mobilizando discursos marcados por antagonismo.

Embora haja uma tendência a considerar que as redes sociais potencializam a polarização ao favorecer a circulação de narrativas ideologicamente marcadas, é necessário reconhecer que a articulação entre interesses políticos, econômicos e midiáticos também contribui para intensificar esse processo e desestimular o debate democrático. Desse modo, a polarização não pode ser compreendida apenas pela análise de comentários polarizados, pois tais enunciados constituem efeitos de uma engrenagem discursiva, midiática e sociopolítica mais ampla e complexa.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. PIERROT, A. H. **Estereótipos e clichês**. São Paulo: Contexto, 2022.
- ARGON, A.; GONÇALVES, P. Ideologia e polarização política no Brasil: origens, causas e consequências. **Humanidades em Perspectivas**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 107–120, 2022. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades/article/view/157>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- BELLO, A. Polarização política dinâmica: evidências do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 42–68, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191202329142>. Acesso em: 7 abr. 2025.
- BOAVENTURA, L. H.; FREITAS, E. C. de. Contratos (i)mediados: encenação e polarização política nas redes sociais. **Revista Polifonia**, Cuiabá, v. 27, n. 49, p. 362–380, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/10532>. Acesso em: 7 abr. 2025.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. **ASSCRIM/PGR n. 212310/2024: Petição n. 12.100 – Brasília/DF**. Brasília, DF: Procuradoria-Geral da República, 2025. Disponível em: https://s3.glbimg.com/v1/AUTH_fc6afad0a4904ac59af695eda9ae0f57/InqueritoPF/finalPET12100denuncia.pdf?_gl=1*16ewgpa*_ga*MTU4MDM2MzI1Ni4xNjgwMjAxNjA1*_ga_5401XJ0K8J*czE3NTY1OTY4MjgkbzE5JGcwJHJHxNzU2NTk4MDQzJGo2MCRsMCRoMA. Acesso em: 30 ago. 2025.
- CAVALCANTE, M. M. Referenciação. In: AZEVEDO, T.; FLORES, V. (org.). **Estudos do discurso: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 2024, p. 282–304.
- ESCOSTEGUY-MEDRONHO, A. Um Brasil dividido? Reflexões sobre a polarização política e social no Brasil contemporâneo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 122, p. 1–41, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-001041ae/122>. Acesso em: 7 set. 2026.
- FERREIRA, M. C. L. (coord.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, 2001.
- FUKS, M.; MARQUES, P. H. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 560–593, set./dez. 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/1807-01912022283560>. Acesso em: 7 abr. 2025.
- ITATIAIA. Jair Bolsonaro fala pela primeira vez após se tornar réu por golpe de estado; confira na íntegra. **YouTube**, 26/03/2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S5WEu7gdpOY>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- KAYSEL, A.; BIANCHI, A. Bolsonarismo como coalizão discursiva de extrema-direita. **Caderno CRH**, Salvador, v. 38, p. 1–14, 2025. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v38i0.66145>. Acesso em: 23 maio 2026.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2015.

MEDEIROS, D. **A polarização política, em 9 pontos**. Nexo Jornal. 19 nov. 2024. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2024/11/19/a-polarizacao-politica-em-9-pontos>. Acesso em: 7 set. 2025.

MIGUEL, L. F. Pensar também tem lado: resposta ao texto de Pablo Ortellado. **Jusbrasil**. 23 nov. 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/pensar-tambem-tem-lado-resposta-ao-texto-depablo-ortellado/523754374>. Acesso em 09 jul. 2025.

NUNES, F.; TRAUMANN, T. **Biografia do abismo**: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2023.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Editora Pontes, 2005.

ORLANDI, E. P. Análise de discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; ORLANDI, E. P. (org.). **Introdução às ciências da linguagem** – Discurso e Textualidade. Campinas: Pontes Editores, 2006. p. 13-28.

ORTELLADO, P. A polarização não está nos deixando pensar. **Instituto Humanitas Unisinos**. 23 nov. 2017a. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/78-noticias/573859-a-polarizacao-nao-estamos-deixando-pensar>. Acesso em 09 jul. 2025.

ORTELLADO, P. Independência não é meio termo: resposta a Luis Felipe Miguel. **Jusbrasil**. 29 nov. 2017b. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/independencia-nao-e-meio-termo-resposta-aluis-felipemiguel/525960099?msocid=3cfc0172d8606b5c03511393d9b66a3d>. Acesso em 09 jul. 2025.

ORTELLADO, P.; RIBEIRO, M. M.; ZEINE, L. Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. **Opinião Pública**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 62-91, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0191202228162>. Acesso em: 17 jun. 2025.

PAVEAU, M.A. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Tradução de Júlia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. Campinas: Pontes Editores, 2. ed., 2022.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

RECUERO, R.; SOARES, F.; ZAGO, G. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre COVID-19 no Twitter. **Contracampo**, Niterói, v. 40, n. 1, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v40i1.45611>. Acesso em: 25 abr. 2025.

RIBEIRO, M. M.; ORTELLADO, P. Polarização em mídias sociais: medindo segregação de comunidades políticas. **MATRIZES**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 281-295, 2025. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v19i1p281-295>. Acesso em: 18 set. 2025.

ROCHA, T. L.; SILVA, G. P. da; OLIVEIRA, G. S. de. Metodologia de pesquisa científica: análise do discurso – conceitos e possibilidades. **Cadernos da Fucamp**, v. 21, n. 53, p. 215-

225, 2022. <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2913>. Acesso em: 7 set. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (Brasil). **#Democracia Inabalada**. Brasília, DF, 30 ago. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/hotsites/8dejaneiro/index.html>. Acesso em: 30 ago. 2025.

TORTELLA, T. Relembre vezes em que Jair Bolsonaro questionou o sistema eleitoral. **CNN**. 26/04/2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/relembre-vezes-em-que-jair-bolsonaro-questionou-o-sistema-eleitoral/>. Acesso em: 30 de ago. 2025.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

VEJA trajetória pessoal e política de Jair Bolsonaro. **Jornal Do Commercio Amazonas**. 30 jun 2023. Disponível em: <https://jcam.com.br/noticias/veja-trajetoria-pessoal-e-politica-de-jair-bolsonaro/>. Acesso em 14 jul. 2025.

ZIMMERMANN, G. de O.; FREITAS, E. C. de. Discurso político e polarização do contrato de comunicação: encenação do ato de linguagem em postagem no Facebook. **Diálogo das Letras**, v. 14, p. e02512, 2025. DOI: <https://doi.org/10.22297/2316-17952025v14e02512>. Acesso em: 22 jul. 2026.

Declaração de contribuição dos autores

As autoras desenvolveram o trabalho de forma conjunta, definindo o tema, os objetivos e os fundamentos teórico-metodológicos. A primeira autora realizou a coleta e a organização dos dados e elaborou a primeira versão do texto, sob a orientação da segunda autora, que realizou a revisão e a reescrita final do artigo.

Declaração de uso de IA

As autoras declaram que não utilizaram ferramentas de Inteligência Artificial (IA) na produção deste artigo científico.

*Artigo recebido em: 26/05/2026
Artigo aprovado em: 14/09/2026
Artigo publicado em: 01/10/2026*

COMO CITAR

BALDANÇA, L. M.; COSTA, S. B. da. Justiça em debate: a construção discursiva da polarização política em comentários publicados no X. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 15, p. 1-20, e02611, 2026.